

Gilberto Vieira, da Associação de Turismo em Espaço Rural, lança o alerta

“Há um desencanto com o alojamento local, que em muitos casos deturpa a imagem geral que foi criada no turismo açoriano”

Gilberto Vieira é o Presidente das Casas Açorianas - Associação de Turismo em Espaço Rural e proprietário de um dos espaços mais emblemáticos do turismo rural açoriano, a Quinta do Martelo, na ilha Terceira. É um profundo conhecedor do sector e fez, para o “Diário dos Açores”, um balanço deste ano turístico em espaço rural. Desde logo é de reter um alerta: há exigências que se pedem ao turismo em espaço rural que não se pede ao alojamento local, o que está a gerar forte concorrência no sector e uma preocupação entre os associados daquela associação. Gilberto Vieira propõe, também, alterações legislativas para o sector e avança mesmo com um exemplo. De resto, manifesta-se confiante com o futuro no turismo dos Açores, especialmente no que toca ao turismo em espaço rural, mas vai deixando os avisos de quem conhece bem esta actividade.

Estamos no final de 2016. Qual o balanço que faz do turismo rural nos Açores este ano?

O turismo rural subiu, com alguma relevância, este ano nos Açores, acompanhando de algum modo o extraordinário crescimento que o destino, no seu todo, registou.

Há margem de progressão no próximo ano, ou considera que o turismo rural já deu o que tinha a dar?

Há claramente margem para progressão, considerando que esta visibilidade do arquipélago, que já vinha sendo trabalhada ao longo de alguns anos, conheceu nestes últimos tempos uma dimensão assinalável.

Nesse contexto, podemos considerar que estamos no início de um novo ciclo e, portanto, é de esperar que o destino Açores se afirme crescentemente por mais alguns anos e, apesar de o grosso do movimento turístico não se centrar no alojamento rural, é natural acreditar que, até pelo contributo decisivo que as unidades de turismo rural e de natureza deram à afirmação da Região como um produto turístico verdadeiramente ímpar, haverá uma crescente curiosidade pela oferta diferenciada e enraizada na tradição e na salutar convivência do Homem com a natureza.

A introdução, neste final de ano, de uma operadora low cost na Terceira, virá trazer alguma alteração ao pano-

rama turístico da ilha?

Tudo indica que sim. Até por experiências similares, de que São Miguel é um bom exemplo recente.

O que espero é que os agentes envolvidos não caiam na tentação de corresponder à chegada das low cost com uma atitude low cost, isto é, espero que se mantenha e aperfeiçoe os padrões de qualidade de serviço e de oferta, em vez de os degradar, em nome de um lucro imediato, mas que pode causar danos irreversíveis na imagem atractiva de que o destino goza, junto de todos quantos nos procuram.

Assistiu-se, por outro lado, a um fenómeno este ano, por todas as ilhas: o alojamento local. Só que há aqueles que transformaram residências neste tipo de alojamento com a devida legalização, mas há muita gente a alugar casas sem qualquer tipo de classificação. Está preocupado?

Estou. Nem falo do aluguer de casas sem licenciamento, e não são tão poucas assim: esse é, obviamente, um caso para a justiça.

Quanto àquelas que obtiveram licença para funcionar, coloca-se outra questão, sem contestar o direito que obtiveram para operar, à luz da insípida legislação existente à data desses pedidos de licenciamento.

A questão é: será justo e produtivo licenciar-se unidades desta natureza com exigências mínimas, a todos os níveis, enquanto que às unidades certificadas no âmbito do Turismo Rural, é exigido um conjunto de parâmetros rígidos, em nome de se garantir um produto autêntico e de qualidade?

Não é que eu não concorde com a necessidade de as unidades de turismo rural marcarem a diferença, como produto de excelência deste destino, mas não me parece justo que surja uma concorrência que, por não ter os mesmos encargos e exigências, desvirtue a imagem que tentamos valorizar, no espaço rural – e há muitas unidades dessas a aparecer neste contexto territorial.

Acha que este tipo de alojamento pode trazer consequências negativas para a imagem turística dos Açores?

Sim, era isso que estava a tentar dizer. É essa imagem indiferenciada, massificada, impessoal e global que queremos



transmitir do alojamento nos Açores?

Andámos anos e anos a trabalhar uma imagem de autenticidade e diferenciação em relação ao enorme mercado global turístico, alicerçada na verdade da nossa idiossincrasia; fizemos esse esforço a título individual, associativo e de parceria entre privados e as entidades responsáveis pela área, e agora vemos-nos confrontados com uma regulação facilitista que permite adulterar todo esse trabalho. E com isso não quero dizer que quem está a optar por essa via não seja honesto nem que quebre as regras. Sim, era isso que estava a tentar dizer.

Posso mesmo dizer que, no seio das Casas Açorianas - Associação de Turismo

em Espaço Rural, a cuja direcção tenho a honra de presidir, começa a manifestar-se desencanto de alguns dos nossos mais de meia centena de associados, face a esta situação, precisamente por sentirem que todo o esforço que desenvolveram, seguindo regras apertadas, não está a ser recompensado, perante a esta nova forma de concorrência, que enfrenta exigências muito menores para funcionar, e que, em muitos casos, deturpa a imagem geral que foi criada, num contexto de autoexigência, tanto a nível individual como de regras da Associação, de que é exemplo o processo de classificação de qualidade, assegurado por uma empresa externa, que monitoriza os parâmetros

“A fiscalização, na minha opinião, até está a fazer bem o seu trabalho (...), foi possível identificar centenas de casos não licenciados e agir em conformidade”

de funcionamento acordados no seio das Casas Açorianas.

Por falar em Casas Açorianas, como está a funcionar a Associação nesta era de novos desafios?

A nova direcção está consciente desses novos desafios e os seus membros têm-se desmultiplicado em diversas tarefas e projectos, de forma a tentar ir ao encontro dos interesses dos Associados, pois foi para isso mesmo que fomos eleitos.

Existe uma preocupação especial em rentabilizar os recursos de que dispomos e, nesse sentido, temos procurado parcerias para elevar a nossa notoriedade, nomeadamente com a Associação Turismo dos Açores - ATA, no caso de presença em feiras da especialidade.

Estamos também a promover uma remodelação profunda do nosso website, que mesmo assim já vem tendo uma grande visibilidade, sendo o segundo, na área do turismo, com mais visitas nos Açores.

Ainda na área da comunicação electrónica, estamos a actualizar uma aplicação móvel e a introduzir um novo modelo de presença nas redes sociais.

Temos outras preocupações relacionadas com a evolução do modelo da

“A melhor maneira de garantirmos a sustentabilidade deste destino é não adulterar aquilo que hoje oferecemos”



oferta turística e queremos ser parceiros activos nessa reflexão.

Dou-lhe um exemplo: era regra que as tarifas de alojamento incluissem pequeno-almoço. Hoje já não é assim para todos os tipos de alojamento, nomeadamente na hotelaria convencional, em que já é permitido incluir ou não o serviço de pequeno-almoço na tarifa contratada. No entanto, no turismo rural essa obrigatoriedade mantém-se, o que não consideramos justo e por isso vamos propor uma alteração legislativa que consigne a possibilidade de a tarifa de alojamento incluir ou não o pequeno-almoço, independentemente de se continuar a garantir esse serviço sempre que solicitado e pago com uma tarifa própria. É apenas um exemplo.

Ainda quanto ao alojamento local, o que é que se deve fazer? Mais fiscalização? Parar com os alojamentos locais?

A fiscalização, na minha opinião, até está a fazer bem o seu trabalho, identificando a oferta disponível online e confrontando-a com os licenciamentos. Segundo dados tornados públicos recentemente, foi possível identificar centenas

de casos não licenciados e agir em conformidade.

Parar com os alojamentos locais? Seria uma medida extrema, muito difícil de justificar. Não é isso que eu defendo.

Defendo sim que, por justiça, a bem do destino Açores e de quem tanto contribuiu para afirmá-lo, seja criada uma moldura legal que salvaguarde a qualidade, a todos os níveis, a que outros segmentos de mercado já estão obrigados.

No continente um tribunal proibiu este tipo de alojamento, dando razão a queixas de vizinhos, com o argumento que estas residências não foram feitas para este fim. Mas também já houve decisões em contrário. Como vê esta questão?

Tanto quanto sei, essa questão coloca-se essencialmente em condomínios, em que os vizinhos se queixam de apartamentos serem alugados para fins que não são de habitação própria, como originalmente foi concebido, e que agora causam transtornos por movimentos não habituais entre os originais condóminos.

Não é esse, claramente, o nosso

paradigma essencial. Mas percebemos perfeitamente e, à nossa escala, podemos encontrar alguns exemplos parecidos.

Proibir, acho que é forte de mais. Mas reafirmo o que disse antes: as regras têm de ser claras e obrigar a procedimentos e ofertas com grau de exigência elevado.

Está optimista quanto ao futuro?

Por tudo o que disse até agora, mantenho-me confiante na evolução positiva do turismo nos Açores e, concretamente, na procura pela nossa ruralidade e autenticidade, nascida de séculos de interação pujante entre o Homem e a natureza, a que em poucas partes do mundo.

Mas também estou consciente de que há factores que condicionam o movimento turístico, e esta é uma regra universal: está em constante mutação. A melhor maneira de garantirmos a sustentabilidade deste destino é não adulterar aquilo que hoje oferecemos, desde a qualidade de atendimento a quem nos visita, até à preservação de todos os valores culturais e ambientais que nos distinguem.

journal@diariodasacores.pt